

opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias

DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila

SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito

CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartzman,

Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano,

Patrícia Blanco, Patrícia Campos Mello, Persio Arida, Ronaldo Lemos,

Thiago Amparo, Luiz Farias e Sérgio Dávila (secretário)

DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu

DIRETORIA-EXECUTIVA Alexandre Bonacio (financeiro, planejamento

e novos negócios), Anderson Demian (mercado leitor e estratégias digitais),

Everton Fonseca (tecnologia) e Marcelo Benez (comercial)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

A escolha para o STF

Lula comprometerá credibilidade da maior corte do país se indicar ministro pelo critério de lealdade

Embora frequentemente criticado, o sistema de escolha de ministros do Supremo Tribunal Federal — indicação do presidente da República, submetida ao Senado — não compromete necessariamente a independência da corte.

A melhor prova disso é o julgamento do chamado mensalão, em 2012. Embora o STF fosse à época composto majoritariamente por indicados por presidentes petistas, os magistrados condenaram figuras de relevo do partido, como José Dirceu e José Genoino.

Muito dessa atitude tem a ver com o princípio da vitalidade que se aplica ao cargo. Uma vez nomeados, ministros do Supremo só costumam deixar o posto por morte, aposentadoria compulsória aos 75 anos ou vontade própria.

Isso significa que já não precisam agradar a ninguém para conservar seus empregos — e estão livres para se manifestar e votar segundo suas convicções.

Não chega a ser surpresa, pois, que presidentes tenham passado a valorizar a lealdade nas indicações para a corte, buscando candidatos que, pela história pessoal que têm com o governante ou por características da personalidade, pareçam menos propensos a contrariar quem os pôs no cargo.

Esse parece ter sido um critério importante para a escolha, por Jair Bolsonaro (PL), de Nunes Marques e André Mendonça. Eles, de

fato, têm se mostrado mais alinhados com preferências do ex-mandatário, embora seja impossível determinar se isso ocorre por proximidade de pensamento, que seria uma razão legítima, ou por proximidade pessoal, o que seria uma perversão do sistema.

Luiz Inácio Lula da Silva (PT) já deu todos os sinais de que gostaria de aprofundar ainda mais essa tendência pouco republicana com a indicação de seu advogado pessoal, Cristiano Zanin Martins, para a vaga aberta na corte.

A escolha pode servir aos interesses individuais do presidente, mas será péssima para as instituições. No caso de Zanin, há ainda o agravante de que ele atuou em casos da Lava Jato, o que o impediria de julgar essas ações.

O STF, porém, já manobrou para que Zanin, caso seja confirmado, vá para a Primeira Turma, uma vez que os processos da operação se concentram na Segunda.

Indicações desse tipo acabam se voltando contra a credibilidade do Supremo — o mesmo acontece, aliás, quando ministros do tribunal frequentam convêncios promovidos pelo chefe do Executivo.

Igualmente importante, o Senado, que tem a incumbência de sabatinar e votar os nomes apontados pelo presidente da República, deveria fazer valer suas prerrogativas e garantir que tal processo deixe de ser uma mera formalidade.

Traumas do trânsito

Alta na taxa de internações de motociclistas expõe grave problema para a saúde pública e a economia

Entre 2011 e 2021, o número de motocicletas circulando no Brasil cresceu 64,7%, de 18 milhões para 30,3 milhões. Como se sabe e boletim do Ministério da Saúde comprova, a escalada elevou a insegurança.

Em 2011, 70,5 mil motociclistas lesionados em acidentes de trânsito foram hospitalizados (3,9 a cada 100 mil habitantes). Já em 2021, foram 115,7 mil (6,1 a cada 100 mil) — aumento de 55% em dez anos.

Apesar de o número de mortos ter permanecido quase estável no período (11,5 mil e 11,1 mil, respectivamente), ele representa 26,6% das fatalidades no tráfego em 2011 e 35,3% em 2021.

Acidentes de trânsito são grave problema de saúde pública no país que, no caso de motociclistas, atinge estratos sociais fragilizados.

Em 2021, as hospitalizações de motociclistas custaram R\$ 167 milhões ao Estado. Despesas por traumatismo cranioencefálico grave (TCE) passaram de R\$ 123,7 milhões, em 2008, para R\$ 278 milhões em 2019. Acidentes de trânsito são a principal causa de TCEs, seguidos por violência interpessoal.

Os custos não findam com a internação. Traumas geram sequelas que exigem tratamentos custosos para reabilitação e podem incapacitar o paciente por toda a

vida. Ou seja, além dos gastos públicos, o país perde força laboral. Ainda segundo o boletim do Ministério da Saúde, entre os motociclistas acidentados predominam homens (88,1%) e negros (64,9%), idades de 20 a 29 anos (30,8%) e 8 a 11 anos de estudo (39,6%). Ademais, boa parte sofre acidentes durante o exercício da profissão. Ou seja, trata-se de população economicamente ativa e com algum grau de vulnerabilidade social.

Isso ocorre porque o aumento do número de motocicletas está ligado à economia de combustível, à alta de compras por aplicativos de entrega e a más condições do transporte público, que afastam passageiros. Em São Paulo, a quantidade de motos emplacadas nos primeiros quatro meses deste ano foi a maior para o período desde 2015.

Para diminuir gastos na saúde e proteger jovens trabalhadores, é fundamental que o poder público, nas esferas municipal, estadual e federal, implemente ações de fiscalização e de conscientização que integrem órgãos de transporte, Justiça, saúde e educação.

Tal orientação já consta do Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito, legislação aprovada pelo Congresso em 2018. Basta tirá-lo do papel.



Como pôr fim ao marco temporal

Thiago Amparo

A tese do marco temporal, aprovada na Câmara nesta terça-feira (30), é ancorada em quatro pilares: genocídio, desinformação, atraso e inconstitucionalidade. Dos dois últimos, deve-se dizer que é em grande medida culpa do Supremo Tribunal Federal que uma tese inconstitucional tenha ganhado sobrevida, apenas porque a análise do tema fora interrompida por um pedido de vista em 2021 e o resultado na corte é incerto. Se a Câmara cometeu o crime, foi o STF que preparou a cena por sua omissão.

A corte não pode se dar ao luxo de dois anos depois escusar-se de cumprir o seu mandato principal: evitar que mudanças legislativas corrompam direitos constitucionais. A menção temporal a outubro de 1988 no marco serve apenas para ofuscar sua clara inconstitucionalidade, formal e substantiva, como defende parecer recente do MPF. A tese viola direito à consulta prévia e autodeterminação de povos indígenas, na única carta constitucional que não os tratou como menos que humanos.

Do genocídio, pode-se dizer que a intenção do marco temporal nem sequer é oculta: ao congelar direitos indígenas, ignorando a violência que retirou povos de suas terras, a tese busca sujeitar intencionalmente indígenas a condições de vida com vista a provocar a sua destruição física, definição legal de genocídio. No Senado, as implicações jurídicas e internacionais desse caminho deveriam influenciar os parlamentares.

Da desinformação, pode-se dizer que a tese do marco temporal se baseia em um falso pânico entre ruralistas de que haveria muita terra indígena no país (em 7 dos 9 principais estados agrícolas, não passa de 1% do território), segundo estudo do Instituto Socioambiental. Agropecuária não precisa tomar terras indígenas: pastagem (com 22% do território) e agricultura (8%) já podem crescer com ganho de eficiência, não com sangue indígena. Ao STF e ao Senado, cabem responder se vale passar trator sobre indígenas para produzir, de forma arcaica e ineficiente, agricultura subdesenvolvida.

Com a corda no pescoço

Bruno Boghossian

Crise aberta pela ameaça de derrubada da Esplanada dos Ministérios foi a jogada mais agressiva do centrão até aqui para ampliar seu poder sob Lula. Depois de exibir força na aprovação de propostas contrárias à plataforma petista, o grupo de Arthur Lira (PP) sinalizou que só deixará o governo respirar se tiver mais influência sobre o Executivo.

O centrão sentiu o cheiro do sangue na água ainda antes da posse. A distribuição de ministérios ignorou aliados de Lira, dividiu partidos numerosos e deixou Lula distante de uma maioria no Congresso. Líderes alinhados ao presidente da Câmara trabalharam para frisar a adesão de suas bancadas ao Planalto.

O grupo passou os últimos meses explorando a fragilidade política de um governo que parecia não reconhecer o Congresso com o qual precisava lidar. O Planalto apostou na autoridade de ministros que não conseguiram virar votos em seus partidos e demorou para organizar um escaudro de emendas parlamentares.

A aprovação do arcabouço fiscal,

apesar da vitória do governo, fez com que a pressão evoluísse para a chantagem. O placar evidenciou um governo minoritário e dependente da influência de Lira no plenário.

O Planalto piscou pela primeira vez ao devolver a Lira influência sobre a verba que, sob Jair Bolsonaro, era paga na forma de emendas de relator. Piscou pela segunda vez, na semana passada, ao oferecer a Elmar Nascimento (União Brasil) a indicação de um novo ministro do Turismo.

Mas o preço do centrão já tinha disparado. O consórcio PP-Republicanos-União Brasil fez chegar ao Planalto o recado de que quer um espaço de peso no governo — incluindo o Ministério da Saúde (com um orçamento polpudo), a Embratur, o Banco do Nordeste e os Correios.

Lula tem poucas ferramentas para enfrentar o impasse. Forçar uma ruptura seria um suicídio político. Com a corda no pescoço, o governo agora discute quanto o poder está disposto a ceder para ter a chance de negociar uma agenda com um Congresso notadamente conservador.

Lula e Maduro, o amor é lindo

Ruy Castro

Entre as várias besteiras que tem cometido em vez de dedicar-se a reconstruir o país, Lula embarfustou-se por uma mixórdia verbal na segunda-feira (30) ao receber em palácio um convidado que entrou em surdina, quase que pelos fundos e sem limpar os pés: o ditador venezuelano Nicolás Maduro. Lula chamou de "narrativa" as acusações que pesam sobre Maduro e sua maneira de tratar os opositores — com prisões, sequestros, desaparecimentos, afogamentos, tortura, estupros e execuções, tudo isso possibilitado por assíria da imprensa, degola do Poder Legislativo, pesada corrupção de militares e eleições de araque.

Esse é o violento diagnóstico contra Maduro pela Anistia Internacional, a Human Rights Watch, a Organização das Nações Unidas e o Tribunal Penal Internacional de Haia, entidades a que apelamos contra Bolsonaro por incitação a golpe de Estado, charlatanismo na pandemia e genocídio dos povos indígenas. Não por acaso, Bolsonaro tam-

bém chamou a isso de "narrativa". Narrativa, como se vê, é uma história cuja veracidade depende de quem a conta — ou de quem a escuta. Lula instou Maduro a "construir sua narrativa, para que possa efetivamente fazer as pessoas mudarem de opinião". Jurando por essa narrativa antes mesmo de ouvi-la, carimbou: "A sua narrativa vai ser infinitamente melhor do que a que eles têm contra você". O amor é lindo, não?

E então vem a mixórdia verbal: "Está nas suas mãos construir a sua narrativa e virar esse jogo, para a Venezuela voltar a ser um país soberano, onde somente seu povo, por meio de votação livre, diga quem vai governar o país".

Pois não é exatamente o que o mundo espera da Venezuela? Que volte a ser um país soberano, onde somente o povo, através de eleições livres, sem as mentiras, as gambiarras econômicas e o uso da máquina do Estado praticados por Bolsonaro, digo Maduro, escolha quem irá governá-lo.

O país voltou; Lula quase

Maria Herminia Tavares

Pesquisadora do Cebap e professora aposentada da USP. Escreve às quintas

Promovida pelo presidente Lula, a reunião dos governantes sul-americanos, na terça-feira (30), marca o reingresso do país à esfera política regional, depois do isolamento imposto por Jair Bolsonaro. Eis uma boa oportunidade para rever as experiências anteriores que não convém repetir.

No passado, a linha adotada pelos governos do PT assentou-se em três pilares: a integração comercial por meio do Mercosul; a integração física com a Lira (Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana) e a concertação política com a Unasul (União de Nações Sul-americanas). Seus objetivos, fomentar o comércio inter-regional, adensar as conexões das redes de transporte e energia e manter a paz, o diálogo e certa autonomia frente aos Estados Unidos.

Os resultados, porém, decepcionaram: além de crescer pouco, os fluxos intrarregionais perderam importância para as trocas de cada país com a China; faltaram recursos para projetos de infraestrutura plurinacionais; e, para mal dos pecados, a entrada de empresas brasileiras de construção pesada na vizinhança produziu grandes escândalos de corrupção.

O diálogo ficou ao sabor dos alinhamentos políticos entre governos, para naufragar de vez quando presidentes de esquerda foram substituídos por direitistas.

A Unasul, fundada em 2008, foi o único dos três pilares fincado no período petista. A proposta de Lula para reanimá-la agora encontra resistência de países que criticaram sua estreita politização.

Reconstruir um fórum de diálogo dependerá assim de evitar o que a inviabilizou e de buscar o que a tornará relevante: uma nova iniciativa de concertação. Fazer dela um espaço onde caibam todos os Estados, sejam quais forem as orientações políticas dos respectivos governantes de turno, é a primeira providência. Transformá-la em arena de discussões de temas regionais importantes e unificadores deve-se lhe seguir de perto. Finalmente, numa zona de periódicas turbulências políticas, será crucial criar incentivos para que seus membros respeitem as regras democráticas.

Do Brasil, o desafio demanda uma política exterior pragmática, que inclua todos os países da região: contida, para prevenir a exibição de simpatias políticas por tal ou qual governo que amanhã poderá ser substituído por seu adversário; inequívoca na defesa da economia sustentável e do regime de liberdades.

A fala de Lula na abertura do encontro de Brasília mostrou a adesão de seu governo a uma agenda regional renovada. Fora de hora e de lugar — de fato, inaceitáveis — foram porém as suas derramadas boas-vindas ao ditador venezuelano Nicolás Maduro.